



WCM

World Citizen Magazine



Universidade
Católica de Brasília

Curso de Relações Internacionais - Ri UCB



A ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL BRASILEIRA E A ALIANÇA DO PACÍFICO

Roberto Goulart Menezes
Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília
(IREL/UnB) e Coordenador do Núcleo de Estudos do Mercosul (NEM/CEAM/UnB)
rgmenezes@unb.br

Gabriela Herмосilla
Graduanda em Relações Internacionais na Universidade de Brasília e pesquisadora do
Núcleo de Estudos Latino-Americanos/IREL-UnB

Carlos Solis
Graduando em Relações Internacionais na Universidade de Brasília e pesquisador do
Núcleo de Estudos Latino-Americanos/IREL-UnB

*Nós precisamos levar a integração da América do Sul e
Latina mais a sério. Nós temos o chinês nos comendo de um lado, o
americano, com o tal do Pacto do Pacífico, nos comendo de outro, e
se a gente não tomar cuidado, a gente vai ficar isolado, 'solito'*

(Lula da Silva, *Valor Econômico*, 14.05.2013)

Resumo: No presente artigo, examinam-se as possíveis implicações comerciais, econômicas e geopolíticas decorrentes da criação da Aliança do Pacífico para a estratégia brasileira de integração na América do Sul. Busca-se analisar quais as possíveis consequências e qual a estratégia de política exterior utilizada pelo Brasil.

Palavras-chave: Mercosul, Aliança do Pacífico, Integração Regional, Diplomacia Brasileira.

Abstract: This paper aims to examine the possible commercial, economic and geopolitical implications resulting from the creation of the Pacific Alliance to the Brazilian strategy of integration in South America. It will analyze, in this way, the possible consequences and the strategy of foreign policy used by Brazil.

Key-words: Mercosul, Pacific Association, Regional Integration, Brazilian Diplomacy

Este trabalho analisa possíveis implicações comerciais, econômicas e geopolíticas decorrentes da criação da Aliança do Pacífico para a estratégia brasileira de integração na América do Sul. Argumenta-se que essa nova associação regional criada em 2011 poderá impor dificuldades para a consecução da conformação de um espaço sul-americano integrado comercialmente, bem como limitar as opções estratégicas do País dentro da região, num momento em que os Estados Unidos negociam mega-acordos comerciais com a União Europeia e com países da Bacia do Pacífico.

Desde 2003, a orientação regionalista do Brasil fundamentou-se em uma concepção de integração regional diferente da que predominou desde o fim dos anos 1980, com ênfase maior na dimensão comercial inspirada no regionalismo aberto. Por regionalismo aberto entende-se a liberalização comercial ampla, concebida como uma etapa intermediária para a liberalização econômica multilateral. E que parece orientar a formação da Aliança do Pacífico. A revisão do modelo de integração regional operada pela diplomacia brasileira, no qual a dimensão política, juntamente com a base econômica e comercial, é a razão de ser da formação de um espaço sul-americano integrado. Nessa modalidade de integração outras dimensões como a produtiva, a energética e a física são agregadas ao processo (LIMA; COUTINHO, 2007).

O governo Lula da Silva (2003-2010) aprofundou a valorização da América do Sul como espaço político de atuação da sua política externa, e diferente do período Cardoso (1995-2002), a ênfase política nas relações com a região aumentou. Sua agenda para a região teve como objetivos principais o aprofundamento da aliança estratégica com a Argentina, a revitalização do Mercosul com a consolidação da união aduaneira e a formação de um espaço econômico unificado alicerçado no livre comércio e em projetos de infraestrutura, bem como incentivos à internacionalização de empresas brasileiras.

A crise financeira internacional de 2008 incidiu fortemente sobre a agenda regional. Entre seus principais efeitos, a região apresentou redução no crescimento das economias, aumento do protecionismo, retração nas exportações e queda dos investimentos.

Na trajetória do desenvolvimento da integração latino-americano persistem problemas estruturais tais como a baixa complementaridade econômica, baixa interdependência, assimetrias, reduzido *poder infraestrutural* da maioria dos Estados (MANN, 2006), entre outros. Soma-se a isso o fato da região ser a mais desigual de todas e constitui um dos principais entraves aliado ao baixo desenvolvimento. (VIGEVANI, 2013).

1. O Brasil e a construção do espaço sul americano

A Área de Livre Comércio Sul - Americana (ALCSA), proposta em 1994 pelo então presidente Itamar Franco expressou a estratégia brasileira de construção de um espaço sul-americano integrado. O então ministro das relações exteriores, Celso Amorim, reforçava a necessidade de se “trabalhar pela afirmação da América do Sul como conceito não só geográfico, mas também político e econômico”¹. O próprio Amorim (2011) considera que embora diante das resistências e reticências com a proposta brasileira, que acabou não prosperando à época, "a ALCSA deixou uma certa ‘sementinha’" (p. 19).

Tanto a diplomacia do governo Lula da Silva (2003-2010) como a da gestão Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), sempre se reivindicaram como pró-América do

¹ Discurso de transmissão de cargo para Luiz F. Lampreia em 02/01/1995. *Resenha de política exterior do Brasil*, n. 76, n. 1, 1995, p. 14.

Sul e cada qual buscou fazer do Brasil o vetor de integração regional. Nas duas gestões do presidente Cardoso, o conceito de América do Sul firmou-se no discurso diplomático e passou a ocupar o lugar do conceito de América Latina, considerado pelo presidente Cardoso muito amplo e de pouca operacionalização. (TOLEDO, 1998; BETHELL, 2009).

A inédita cúpula dos presidentes sul-americanos, realizada em Brasília fez parte dessa nova orientação. A Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), com o objetivo de integrar fisicamente a América do Sul por meio de eixos de integração com a realização de obras nos setores de transportes, energia e telecomunicações foi um de seus principais legados. A realização da Cúpula Sul-Americana em agosto de 2000 enfrentou resistências dentro do próprio Itamaraty sob o argumento de que ela poderia ser interpretada como um gesto provocativo aos Estados Unidos (AMORIM, 2011).

No governo Lula da Silva (2003-2010), o reforço da presença do Brasil na região e o discurso diplomático que eleva a América do Sul à condição de prioridade na agenda da nova política externa do País reacendem o debate acerca da liderança regional do Brasil no espaço sul-americano². A pesquisa desenvolvida por Souza (2009) com integrantes da comunidade brasileira de política externa identificou dezoito grandes temas, dos quais oito foram considerados de extrema importância e desses, quatro estão relacionados à atuação do País na região: garantir a democracia na América do Sul, integrar a infraestrutura, fortalecer a liderança regional do Brasil e fortalecer o Mercosul.

A criação da Aliança do Pacífico abriu um novo debate acerca dos rumos da integração na América Latina e, em especial, na América do Sul. Entre o lançamento da ideia em 2010, pelo então presidente peruano Alan García, e sua formalização na Cúpula de Cali (2013), foram realizadas sete cúpulas, sendo uma delas por teleconferência. O objetivo central de Chile, Colômbia, Peru e México ao criarem essa aliança é implementar uma agenda de liberalização comercial entre os países membros e as demais regiões do globo, com destaque para a Ásia-Pacífico.

² Do total de viagens realizadas ao exterior pelo presidente Lula da Silva, 30% delas foram para a América do Sul, o que somou 145 dias. A Europa com 32% e 137 dias, África com 11% e 51 dias e a América do Norte com 10% e 47 dias. *Folha de S. Paulo*, 10. set. 2010.

O ritmo pragmático das negociações tem caracterizado desde o início a Aliança do Pacífico. Concebida como uma via rápida para a ampliação das relações comerciais entre seus membros e, em especial, com os Estados Unidos e a China, ela aparece como um contraponto aos processos de integração em curso na região. É assim que ela tem sido difundida como oposta à concepção da integração defendida pelo Brasil para a América do Sul, desafiando o ritmo, o escopo e os objetivos tidos como amplos demais na lenta construção do Mercosul. Por outro lado, a Aliança do Pacífico é percebida como um projeto liderado pelos Estados Unidos e que busca conformar um “novo eixo político-diplomático e econômico dentro do continente” e que tem “mais importância ideológica do que econômica, porque sua força decorre diretamente da sua aliança com os EUA” (FIORI, 2103, p. 38).

Essa avaliação alude ao processo de negociação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) que por quase uma década pairou sobre os processos de integração da região. Esse ambicioso projeto dos Estados Unidos para amarrar as economias da região à sua estratégia política e comercial despertou resistências e desconfianças em parte dos países negociadores, sobretudo do Brasil, Venezuela e Argentina. O projeto tal como se encontrava, embutia uma concepção de livre comércio abrangente, abarcando aspectos normativos que incidiam sobre a capacidade reguladora dos países (CRUZ, 2010).

No entanto, a ALCA significou um grande teste para a diplomacia do governo Lula da Silva (2003-2010). As negociações hemisféricas foram duras e a estratégia da política externa brasileira a partir de 2003 não trazia em si o entusiasmo pelo seu êxito. Para os formuladores da política externa brasileira, a ALCA era lida na chave da ameaça à soberania do País e uma ameaça direta ao próprio Mercosul.

Na avaliação da diplomacia, o modo como o processo negociador tinha sido conduzido até então não interessava ao Brasil. No entanto, a aversão do governo Lula da Silva à ALCA e sua avaliação de que se tratava de um projeto hegemônico dos Estados Unidos que poderia representar uma anexação da região à economia deles, norteou a nova estratégia brasileira. Assim, “o centro dessa estratégia [a América do Sul como um polo estratégico do sistema multipolar] deve ser a construção paciente, persistente e gradual da união política da América do Sul e uma recusa firme e serena de políticas que submetam a região aos interesses estratégicos dos Estados Unidos”. (GUIMARÃES, 2006, p. 406).

O amplo escopo da iniciativa impunha dificuldades para se chegar a um acordo final satisfatório e em consonância com os interesses brasileiros. Cobrindo nove grandes áreas, a ALCA incidia sobre temas-chave para o desenvolvimento brasileiro, tais como política industrial, de concorrência, investimentos e propriedade intelectual (BATISTA JR, 2005).

Os Estados Unidos apresentaram ofertas distintas de acesso ao seu mercado, deixando para o Mercosul a mais modesta delas. A Cúpula de Miami (2003) resultou em um profundo impasse nas negociações e representou de certo modo uma vitória das nações que resistiam à sua conclusão, tal como vinha sendo negociada. Pouco tempo depois, na Cúpula de Mar Del Plata (2005) ela seria finalmente rejeitada pela Venezuela, Brasil e demais países do Mercosul. Na avaliação do assessor da presidência da República, Marco A. Garcia “ela não foi assinada porque não atendia o interesse nacional. Não tem nada de ideologia. [...] Não correspondia ao interesse nacional e pelo contrário, seria extremamente prejudicial para o interesse nacional. [...] Foi um momento muito importante do ponto de vista de um afiançamento das relações da Argentina com o Brasil. Não interessava para o País” (Entrevista ao autor, 2009).

Fechada a porta do “livre comércio via ALCA”, os Estados Unidos reposicionaram o seu projeto estratégico de integrar as economias da região a partir de seus interesses econômicos, políticos e comerciais, através da ‘negociação’ de acordos bilaterais com o Chile (2003), Peru (2005), Colômbia (2006) e CAFTA-R (2006):

Quadro 1:

Situación de los acuerdos de libre comercio firmados por EEUU con países de América Latina

País	Fase I	Fase II		Fase III		Finalizado
	Consideración/ Selección del socio potencial	Negociaciones	Comienzo	Aprobación en el Congreso		
			Fiu	Borradores Cámara de Represent.	Versión final Cámara de Represent.	
Colombia	•	•	•			
Panamá	•	•				
Perú	•	•	•	•	•	
Chile						• 2001
Tlcan						• 1994
Tlcae-RD						• 2005

Fuente: Elaboración propia sobre la base de Anthony Kim y Daniela Markheim: «US Trade Policy Tracker: An Update» en The Heritage Foundation, <www.heritage.org/Research/TradeandForeignAid/wml229.cfm>, octubre de 2006.

Fonte: RUSSELL, 2006, p. 54.

O espectro da ALCA reforçou a formulação e execução de uma agenda brasileira mais pró-América do Sul no primeiro governo Lula da Silva. Com a renovação das lideranças políticas sul-americanas e a rejeição da ALCA, esperava-se uma nova dinâmica na lógica dos processos de integração. Afastada a ameaça da estratégia dos Estados Unidos, uma nova oportunidade se abria para o revigoramento em novas bases da integração regional. Apesar da proximidade de identidades ideológicas, essa expectativa não se consumou como o esperado. A nova fase da integração regional vive uma “situação paradoxal” (GARCIA, 2008) e a liderança brasileira deparou-se com novos desafios no processo de integração no subsistema sul-americano. A razão maior desse paradoxo está no fato de que apesar dos governos de esquerdas se mostrarem mais inclinados a apoiar o regionalismo, isso não tem sido suficiente para fazer avançar a integração na região.

2. As dificuldades em fazer avançar a integração regional

A paisagem geopolítica da América do Sul alterou-se profundamente na primeira década do século XXI. A vitória eleitoral de governos com orientação nacionalista, desenvolvimentista ou socialista esteve no centro dessa mudança. Esses novos governos reivindicam maior autonomia no plano internacional para seus países perante os Estados Unidos e “defendem um projeto político e econômico sul-americanista” (FIORI, 2007, p. 99; 2011), além de, no plano doméstico, almejarem justiça social com a mudança gradual na agenda política e econômica neoliberal que marcou a região desde o começo da década de 1990.

Essa nova América do Sul trouxe novos desafios para a ação diplomática brasileira com tensões nos campos econômico, energético e de segurança, que incidiram sobre a dinâmica do processo de integração na região desafiando a liderança regional brasileira. A nacionalização do setor de gás e petróleo na Bolívia; os questionamentos do governo paraguaio sobre o Tratado de Itaipu; as desavenças diplomáticas entre Bogotá e Caracas; a disputa entre Argentina e Uruguai acerca das *papeleras* e o conflito colombiano são acontecimentos que operam como forças centrífugas no subsistema sul-americano, favorecendo a sua fragmentação. Porém, na percepção da diplomacia brasileira, essas

tensões geopolíticas representaram adversidades, e não obstáculos intransponíveis rumo a uma América do Sul integrada. Nas palavras do então Ministro Amorim, essa avaliação está baseada em uma “aguda consciência da interdependência entre os destinos do Brasil e de nossos vizinhos sul-americanos” (2004, p. 42).

O papel articulador desempenhado pelo País em situações de crise e instabilidade institucional não deveria ser sacrificado em nome de uma liderança que empurra alguns de seus vizinhos a estreitar seus laços para fora do Mercosul e da região. De acordo com Lima e Coutinho (2007), “no plano estatal, a legitimidade de uma liderança cooperativa brasileira depende do grau de generosidade que o Brasil, como país mais forte, está disposto a demonstrar.” (p. 136). A maneira de lidar com as assimetrias no processo de integração seria um dos indicadores dessa generosidade e meio de reafirmar os propósitos de uma concepção de integração para além dos preceitos do regionalismo aberto.

No rol de políticas encampadas pelo governo Lula da Silva com o fim de mitigar as assimetrias políticas e estruturais no Mercosul, ainda que insuficientes, estão a eliminação da cobrança dupla da TEC e a instituição do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), aprovado em 2005 (Decisão CMC N° 45/04). Seu orçamento de US\$ 100 milhões anuais é composto da seguinte forma: Brasil contribui com 70%, Argentina com 27%, Uruguai com 2% e Paraguai com 1%. Na apresentação de projetos, o Paraguai terá 48% dos recursos e o Uruguai 32%. Brasil e Argentina ficam com 10% cada. As propostas brasileiras para atender as reivindicações dos sócios menores, Paraguai e Uruguai, e mitigar as assimetrias, foram rejeitadas pela Argentina. Até o momento, o FOCEM é o principal mecanismo institucionalizado voltado para auxiliar na redução das assimetrias no Mercosul. Para o governo brasileiro, o FOCEM é um começo e seu alcance é limitado.

No caso do Mercosul, são fortes as disparidades regionais internas e as limitações orçamentárias, o que faz do FOCEM um mecanismo importante para as pequenas economias do acordo. Considerando o volume de investimento interno direto que o Paraguai tem recebido, o FOCEM figura como uma importante fonte de financiamento de seu desenvolvimento: em 2005, o país recebeu US\$ 48 milhões, em 2008, US\$ 209 milhões e em 2011, US\$ 149 milhões (CEPAL, 2012).

A percepção da diplomacia brasileira no governo Lula da Silva para a região estava orientada por uma consciência aguda “da interdependência entre os destinos do Brasil e de nossos vizinhos sul-americanos” (AMORIM, 2004, p. 42). Consciência expressa, entre outros, no princípio da não-indiferença diante das profundas transformações em curso nas sociedades da América do Sul.

O discurso do presidente Lula da Silva em tom de balanço da sua política externa, reflete em sua fala de improviso na comemoração do Dia do Diplomata, em 21 de abril de 2010 oferece pistas para entendermos os fundamentos da generosidade e da boa vizinhança:

Alguns queriam que eu partisse para a garganta do Evo Morales, que esganasse ele quando ele disse que o gás era dele. E eu não fiz porque achei que o gás era dele mesmo, e que nós tínhamos que pagar o preço justo pelo gás. Todo mundo queria que eu pulasse na garganta do Lugo e esganasse ele quando ele queria um pouco mais de dinheiro de Itaipu. E eu acho que eles precisam. E por que eu acho que eles precisam? Porque um país como o Brasil, que é a maior economia desse continente, o Brasil tem que ser o lado generoso. O Brasil tem que ser aquele que estende a mão, aquele que ajuda, aquele que permite que haja um avanço dos outros. O Brasil não pode ser o grande país e os outros os pequenos países. Até porque não haveria espaço para felicidade, para tranquilidade se a gente não fizer uma outra maneira de tratar os nossos vizinhos e fazer com que o crescimento do Brasil sirva para eles crescerem. (LULA DA SILVA, 2010)

As relações do Brasil com os Estados Unidos no governo Lula da Silva mantiveram-se dentro dos moldes da noção de “divergência limitada” e, como demonstra o histórico das relações bilaterais ao longo do século XX, continuam ocupando lugar crucial na política externa brasileira (LIMA e HIRST, 2006).

3. Da ALCA à Aliança do Pacífico?

Os objetivos que norteiam a criação da Aliança para o Pacífico estão na Declaração Presidencial sobre a Aliança do Pacífico firmada em Lima em 28 de abril de 2011 e na Declaração de Cali de 2013. Ainda que os objetivos arrolados como a livre circulação de pessoas, bem, serviços e capitais, a melhora do bem estar de suas populações, o desenvolvimento e a construção de uma plataforma de projeção política, a Aliança tem

como força maior a liberalização comercial entre seus integrantes com vistas a atrair mais investimentos estrangeiros bem como inserir-se nas cadeias de valor global.

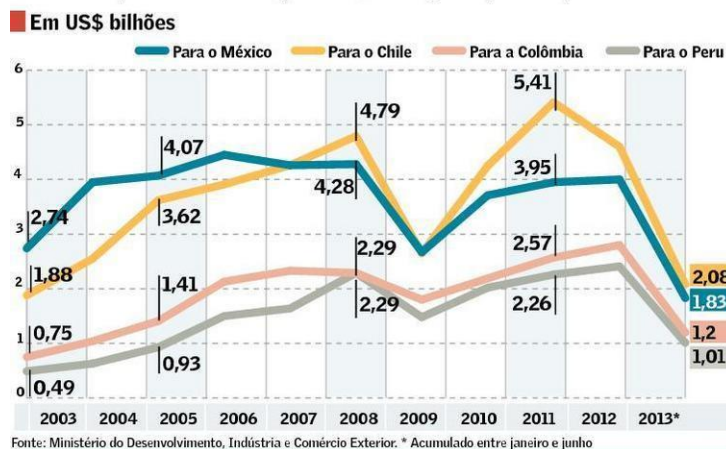
A participação do setor empresarial através do Conselho Empresarial da Aliança realça e bem o foco desse acordo. Diferente do Mercosul, no qual os empresários se engajaram pouco no começo e com frequência reclamam do pouco espaço que possuem nos rumos da integração regional, na Aliança eles figuram como um dos aliados vitais. De acordo com Miyamoto, considerando as diversas negociações internacionais “Os empresários [brasileiros] [...] sentiam-se alijados dos processos decisórios, reivindicando maior presença nas negociações.” (2001, p. 17).

Entre as convergências dos quatro países desse acordo, destaca-se o fato deles possuírem acordos de livre comércio com Estados Unidos e apresentarem um elevado grau de abertura econômica. Em comum, Chile, Peru e Colômbia são economias fortemente dependentes do setor primário ao lado do México que possui um perfil econômico e comercial mais diversificado. O destino maior dos produtos da Aliança têm como prioridade os mercados dos países com os quais eles já possuem cerca de 50 acordos de livre comércio ou de preferências tarifárias.

O Chile desenvolve desde a sua redemocratização uma experiência de inserção múltipla na economia internacional: tentou, mais de uma vez e sem sucesso, integrar-se ao NAFTA e em outubro de 2000 firmou acordo com os Estados Unidos nos moldes do previsto em grande parte no projeto da Alca, assinou acordo com a União Europeia e entrou para Associação de Cooperação do Pacífico. Com uma pauta de exportação centrada em produtos primários, o Chile sempre foi apresentado como um modelo, um farol para a liberalização comercial na região. Porém, devido em grande parte às dificuldades em competir nos mercados principais, em 1996 o Chile assinou o Acordo de Complementação Econômica com o Mercosul (ACE 35) e participou do acordo sub-regional na condição de país associado. O Peru também associou-se ao Mercosul em 2003 (ACE 58) e a Colômbia em 2004, juntamente com o Equador e Venezuela (ACE 59). Atualmente o Brasil apresenta superávits com todos esses países:

Exportações para a Aliança do Pacífico

Desembarques brasileiros, por ano, às nações que compõem o bloco



Fonte: *Valor Econômico*, 17.07.2013.

O México, em função da crise de 2008 e da sua dependência estrutural da economia dos Estados Unidos, parece ter na estratégia da Aliança do Pacífico um novo espaço para reduzir a sua dependência do mercado norte-americano e voltar a disputar parcelas dos mercados latino-americanos.

Na avaliação do Itamaraty, a Aliança do Pacífico pode vir a ser uma oportunidade para o País e não representaria uma ameaça ao comércio do Brasil com os países sul-americanos que compõem o acordo. O ponto destacado é que a Aliança representaria mais um desafio geopolítico, uma vez que o forte patrocínio dos Estados Unidos à esta iniciativa poderia dificultar a construção de um espaço sul-americano mais integrado comercial e economicamente, como almeja o Brasil. A proposta da Aliança do Pacífico parece ecoar a estratégia dos Estados Unidos que foi derrotada com a ALCA.

Em artigo assinado por Antônio Patriota (2013), o ex-ministro das Relações Exteriores, avalia que em termos de liberalização comercial os dados atuais demonstram que o Brasil possui um patamar próximo ao que a Aliança do Pacífico estabeleceu como meta (90%), entre o seus quatro integrantes. E apenas no caso da Colômbia, o percentual de 83,6% está abaixo desse percentual. De acordo com Patriota:

Os compromissos anunciados em Cali sobre a eliminação de tarifas, em verdade, representam pouco em relação ao que já fizeram os países da Aliança do Pacífico na qualidade de membros da Aladi. De fato, já existem acordos de livre-comércio entre todos os países da Aliança do Pacífico, ao amparo do Tratado de Montevideu, de 1980. Conforme os mais recentes estudos sobre comércio preferencial (ou seja, realizado ao amparo de reduções tarifárias) na região, elaborados pela secretaria-geral da Aladi e pela Cepal, o grau de liberalização comercial entre os países da Aliança superava os 90% já no ano de 2010. A declaração, portanto, de que se vai estabelecer zona de comércio preferencial para 90% do universo tarifário é um anúncio sobre algo que já existe. (2013, p. 70).

4. Conclusão:

A crise financeira internacional de 2008 incidiu fortemente sobre a agenda regional. Entre seus principais efeitos, a região apresentou redução no crescimento das economias, aumento do protecionismo, retração nas exportações e queda dos investimentos. Apesar das adversidades e dos entraves mencionados acima, a integração segue no horizonte.

A Aliança do Pacífico apresenta-se como uma radical liberalização comercial entre os seus integrantes e com a possível incorporação da Costa Rica e do Panamá, representa a retomada da concepção de integração nos moldes do regionalismo aberto. Esse “novo eixo político-diplomático e econômico” no continente traz fortes ecos da estratégia dos Estados Unidos presente na proposta da ALCA e do ponto de vista geopolítico, pode representar uma reversão na busca de autonomia da região frente as políticas econômicas, comerciais e de segurança de Washington. A agenda pós-liberal inaugurada há uma década tem diante de si um desafio imenso.

O contraponto da Aliança à concepção de uma integração multidimensional para além dos aspectos econômicos comerciais, na qual as dimensões produtiva, energética e física são agregadas ao processo parece real. Assim, a epígrafe que abre esse trabalho, na qual o ex-presidente Lula da Silva manifesta preocupação de um possível isolamento do Brasil na região e, por outro lado, as declarações do seu ex-assessor para assuntos internacionais, Marco A. Garcia de que a Aliança “não tira o sono do Brasil”, são indícios de que a estratégia brasileira de integração sul-americana poderá sofrer mudanças de rota a fim de fazer frente a esse novo acordo de livre comércio.

Bibliografia

O ESTADO DE S. PAULO. Itamaraty vê mais oportunidade que ameaça na Aliança do Pacífico, 15. 06. 2013.

ALIANZA DEL PACIFICO. Declaración de Cali. <http://alianzapacifico.net/documents/cali.pdf> Acesso em 28 de maio de 2013.

ALIANZA DEL PACIFICO. Declaración presidencial sobre la Alianza del Pacífico. http://alianzapacifico.net/documents/AP_Declaracion_Lima_I_Cumbre.pdf . Acesso em 28 de maio de 2013.

AMORIM, Celso. A integração sul-americana. *DEP*, n. 10, 2009, p. 5-27.

_____. A diplomacia do Governo Lula. Aula Magna do Senhor Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, no Instituto Rio Branco. Brasília, 10/04/2003.

_____. Conversas com jovens diplomatas. São Paulo: Benvirá, 2011.

_____. Conceitos e estratégias da diplomacia do Governo Lula. *DEP*, n. 1, out./dez. 2004a, p. 41-48.

AYERBE, Luis F. *Neoliberalismo e política externa na América Latina*. São Paulo: Unesp, 1998.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. A América do Sul em movimento. *Revista Economia Política*. 2008, vol.28, n.2, p. 226-238.

BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. Rio de Janeiro: *Estudos Históricos*, vol. 22, n. 44, jul-dez. 2009, p. 289-321.

CARDOSO, Fernando Henrique. Política externa: o papel e as viagens do presidente. In: *A Arte da política*. A História que vivi. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, pp. 601-681.

_____. Política externa em tempo de mudança. A gestão o Ministro Fernando Henrique Cardoso no Itamaraty. Brasília: Funag, 1994.

CEPAL. Investimentos na América Latina. *Relatório*. Santiago: 2012.

CERVO, Amado Luiz. América Latina no século XXI: da unidade à dispersão. In: *Relações internacionais da América Latina*. São Paulo: Saraiva, p. 233-268.

CRUZ, Sebastião Velasco. Mudando de Rumo: a política externa do governo Lula. In: *O Brasil no mundo*. São Paulo: Unesp, 2010, p. 71-86.

FIORI, José Luis. O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI. In: SADER, E. (org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 31-51.

_____. Olhando para a esquerda. Unicamp: Economia Política Internacional: Análise Estratégica n. 9 – jul./dez. 2007, p. 70-92.

GARCIA, Marco Aurélio Garcia. Entrevista ao autor Roberto Goulart Menezes. Brasília, 2009.

_____. A Opção sul-americana. *Revista Interesse Nacional*, ano 1, n. 1, abr-jun. 2008.

GUIMARÃES, S. P. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

HERMANN, C. Changing Course: when governments choose to redirect foreign policy. *International Studies Quarterly*, 34, p. 3-21, 1990.

HURRELL, A. Hegemony, liberalism and global order: what space for would-be great powers? *International Affairs*, vol. 82, n. 1, 2006, p. 1-19.

KLEIN, Cristian. Lula alerta sobre ameaça de China e EUA. *Valor Econômico*, 14. mai. 2013, p. A 10.

LECHINI, Gladys; GIACCAGLIA, Clarisa. El liderazgo regional de Brasil em tiempos de Lula. In: VADELL, J.; CAMPOS, T. (orgs.). *Os Novos rumos do regionalismo e as alternativas políticas na América do Sul*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011, p. 232-267.

LEO, Sérgio. Aliança do Pacífico preocupa no Brasil. *Valor Econômico*, 27. mai. 2013.

_____. E se o Brasil fosse à luta sem o Mercosul. *Valor Econômico*, 11.7.2012.

LIMA, M. R; COUTINHO, M. Uma versão estrutural do regionalismo. In: DINIZ, E. (org.). *Globalização, Estado e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 125-152.

LIMA, Maria Regina S. and HIRST, Monica. Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities. *International Affairs*, vol.82, n. 1, 2006, p. 21-40.

MANN, Michael. A crise do Estado-nação latino americano. In: DOMINGUES, J.; MANEIRO, M. (Orgs.). *América Latina hoje: conceitos e interpretações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 163-193.

MENEZES, Roberto Goulart. Integração, imaginação e política externa: as bases do paradigma sul-americano? *Brazilian Journal of International Relations*, vol. 1, nº , 2012, p. 119-133.

MOREIRA, Assis. Aliança do Pacífico deve afetar o Brasil. *Valor Econômico*. 19. 11. 2012.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. O Mercosul e a Integração Regional. *Interesse Nacional*, out-dez. 2013, ano 6, n, 23, p. 67-75.

RUSSEL, Robert. América Latina para Estados Unidos: ¿especial, desdeñable, codiciada o perdida? *Nueva Sociedad*, n. 206, noviembre/diciembre 2006, p. 48-62.

SALLUM JR., B. (1997) Estamos reorganizando o capitalismo brasileiro. Entrevista de Fernando H. Cardoso. *Lua Nova*, n. 39, p. 11-31.

SANTOS, Luiz. C. V. G. (2005) A América do Sul no discurso diplomático brasileiro. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 48, n. 2, pp. 185-204.

SOUZA, Amaury de. A Agenda internacional do Brasil. *A política externa brasileira de FHC a Lula*. Rio de Janeiro: Elsevier; CEBRI, 2010.

TOLEDO, Roberto Pompeu. O Presidente segundo o Sociólogo. São Paulo, Cia. Das Letras, 1998.

VIGEVANI, Tullo. Mercosul e os problemas da integração regional. In: SARTI, I. et al. *Por uma integração ampliada da América do Sul no século XXI*. Rio de Janeiro: Perse, 2013.p. 422-426.